



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005-2023

### PARTE A – PREÂMBULO

#### I. Regência legal:

DECRETO Nº 10.024 DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, LEI FEDERAL Nº. 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DECRETO MUNICIPAL 011 DE 15 DE JANEIRO DE 2021, DECRETO MUNICIPAL 013 DE 15 DE JANEIRO DE 2021, LEI FEDERAL Nº. 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI FEDERAL Nº. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, COM ALTERAÇÕES POSTERIORES E DEMAIS NORMAS REGULAMENTARES APLICÁVEIS À ESPÉCIE.

#### II. Repartição interessada e setor:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

#### III. Número de ordem:

Nº 005-2023

#### IV. Processo Licitatório:

PREGÃO ELETRÔNICO

**SENHORES LICITANTES! POR FAVOR, SE ATENDEM AS REGRAS EDITALÍCIAS QUE COMPÕEM O EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, EXIGÊNCIAS E ESPECIFICIDADES DO OBJETO, INFORMAÇÕES CONSOANTES AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, MINUTA DE CONTRATO, SE ATENTANDO AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, UMA VEZ QUE O MUNICÍPIO NÃO SE FURTARÁ NAS APLICAÇÕES DAS SANÇÕES CABÍVEIS DE PENALIZAÇÃO, NO NÃO CUMPRIMENTO DO QUANTO EXPOSTO, PARA QUE TODOS OS INTERESSADOS POSSAM TER CIÊNCIA ANTES DE PARTICIPAR DO CERTAME.**

#### V. Finalidade da licitação/objeto:

REGÃO ELETRÔNICO ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS TIPOS: GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO, ÓLEO DIESEL (S 10 E S 500), COM ENTREGA PARCELADA, CONFORME AS NECESSIDADES DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS/FUNDOS, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, EQUIPAMENTOS OU UTENSÍLIOS MOTORIZADOS DE PROPRIEDADE OU INTERESSE DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES- BA.

#### VI. Tipo de licitação:

Menor Preço

( ) Por item  
( x ) Por lote  
( ) Global

#### VIII. Forma de Execução:

( ) Única ( x ) Parcelada

#### VII. Prazo de execução do objeto

(x) O prazo de vigência de contrato será de 12 (doze) meses.

#### A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÁ VIGÊNCIA DE 01 (UM) ANO

- O fornecimento dos combustíveis será imediato.
- O fornecimento dos combustíveis deverá, impreterivelmente, ser realizado nas respectivas bombas instaladas no estabelecimento do proponente.



|   |   |                              |
|---|---|------------------------------|
| <b>IX. Site, data e horário (Brasília-DF) para recebimento de propostas e início da sessão pública:</b>   |   |                              |
| SITE: <a href="http://WWW.BLL.ORG.BR">WWW.BLL.ORG.BR</a>  |   |                              |
| INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:  | Às 16:00hs do dia 28/03/2023.   |                              |
| FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:  | Às 08:30hs do dia 10/04/2023.   |                              |
| ABERTURA DAS PROPOSTAS:   | Às 10:00hs do dia 10/04/2023.   |                              |
| <b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</b>   | Às 10:00hs do dia 10/04/2023.   |                              |
| <b>MODO DE DISPUTA:</b>   | <b>ABERTO E FECHADO</b>   |                              |
| <b>X. Unidade Gestora:</b>  | <b>Projeto/Atividade:</b>   | <b>Elemento de despesa:</b>  |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,<br>SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,<br>GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA MUNICIPAL<br>DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,<br>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E<br>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. | ✓ Em se tratando de Registro de Preços, a dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. |                              |
| <b>XI. Patrimônio Líquido mínimo necessário:</b>  |   |                              |
| (x) 5% correspondente ao valor orçado pela Administração ou sobre o valor da proposta apresentada do somatório do Lote.   |   |                              |
| <b>Local, horário e responsável pelos esclarecimentos sobre este edital:</b>  |   |                              |
| Pregoeira e Decreto de designação:  | Sra. Duciene Boaventura Guimaraes, Pregoeira designada na forma do Decreto nº 07 de janeiro de 2021   |                              |
| Endereço:   | Av. Justiniano Silva, nº 98, Centro, Amélia Rodrigues/BA  |                              |
| Horário de atendimento  | Telefone para contato   | E-mail da Pregoeira          |
| 08h30 às 14h00  | Tel: (75) 3242 - 4602 / 4615 / 4628   | licitacao.pmar2021@gmail.com |
| <b>PARTE B</b>  |   |                              |

## 1. OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por escopo o objeto descrito no **item V do preâmbulo**, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no **Anexo II** deste Edital.
- 1.2. O prazo de execução do objeto, a contar da emissão da primeira ordem de serviço, está indicado no **item VII do preâmbulo**, admitindo-se a sua prorrogação nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 57 da Lei Federal 8.666/93.
- 1.3. O tipo da licitação está indicado no **item VI do preâmbulo**.
- 1.4. A contratação com a empresa vencedora obedecerá às condições da minuta de contrato constante do **Anexo I** deste Edital.



1.5. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

1.6. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta da dotação orçamentária especificada no **item X do preâmbulo**.

## 2. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** Poderá participar do presente Pregão eletrônico a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, através do site: [http:// www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

**2.2. Poderão participar desta licitação, os MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEI, as MICROEMPRESAS - ME e as EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos. Ademais, todas as licitantes devem pertencer ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;**

**2.3.** Não serão admitidas empresas em consórcio nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou ainda as declaradas inidôneas, na forma da Lei Federal nº 8.666/93;

**2.4.** Fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida, **bem como as empresas que não comprovem a efetiva situação de Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma exigida neste instrumento convocatório;**

**2.5.** É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme Lei Federal nº 8.666/93.

**2.6.** Somente serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e nos seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;

**2.7.** Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico será necessário o credenciamento prévio das pessoas jurídicas, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema Bolsa de Licitações do Brasil – BLL site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br);

**2.8.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível obtida junto a Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, sendo o credenciado responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências, implicando em responsabilidade legal e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

**2.9.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através dos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

## 3. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

**3.1.** Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições das Leis Federais nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019 e Lei Federal nº. 8.666/93, no que for pertinente.

## 4. CREDENCIAMENTO



**4.1.** Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento de usuário pelos licitantes, que será realizado através do sistema Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a formalização do pedido e entrega da documentação necessária.

**4.2.** O credenciamento se dará através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

**4.3.** O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

**4.4.** O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

**4.5.** As informações e esclarecimentos acerca do credenciamento devem ser obtidos junto ao Pregoeiro designado.

**4.6.** As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar também declaração de que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida lei, bem como que, inexistem fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento desta situação. **A declaração a qual se refere o item acima deverá estar assinada pelo representante legal da empresa**

**4.7.** O representante legal, quando da protocolização dos documentos referidos no item 6.1.2 no Departamento de licitações - COPEL, deverá apresentar cópia autenticada do documento de identificação com foto.

**4.8.** A falsidade das declarações prestadas objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de setembro de 2006 poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará também a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**4.9.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticado diretamente ou por seu representante, excluído a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.10.** O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

**4.11.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através do telefone: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

**4.12.** Não poderão participar desta licitação, aquele se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

## **5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO**

**5.1.** Pessoas físicas;

**5.2.** Empresas em regime de sub-contratação ou, ainda, em consórcio;

**5.3.** Empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

**5.4.** Empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**5.5.** Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou.

**5.6.** Empresas que não tenham cumprido, integralmente, contratos anteriores firmados ou que, embora ainda vigente, se encontrem inadimplentes com qualquer das obrigações assumidas, quer com esta Prefeitura, quer com



outros órgãos e entidades públicas.

**5.7.** Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

**5.8** Empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura;

**5.9** Cada licitante far-se-á representar por seu titular ou mandatário constituído e somente estes serão admitidos a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, pelo representado.

**5.10** Nos casos em que a empresa estiver representada por sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, o mesmo deverá apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social Consolidados, devidamente registrados no Órgão Competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhado da **cópia autenticada do documento de identificação**, com foto.

**5.11.** Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

**5.12.** Os licitantes deverão proceder, antes da elaboração das propostas, a verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, comunicando por escrito até 3 (três) dias úteis, antes da reunião de abertura da licitação, os erros ou omissões porventura observadas.

**5.11** A não comunicação no prazo acima estabelecido implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, não cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer reivindicação posterior com base em imperfeições, omissões ou falhas no instrumento convocatório.

**5.12.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado no endereço, [licitacao.pmar2021@gmail.com](mailto:licitacao.pmar2021@gmail.com)

**5.12** Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, impugnações ou recursos, vencidos os respectivos prazos legais.

**5.13 04 (quatro) horas úteis, ou seja, horário de expediente desta Administração após o encerramento da Sessão Pública de lances, o licitante detentor da melhor oferta deverá encaminhar toda a documentação exigida, para o e- mail [licitacao.pmar2021@gmail.com](mailto:licitacao.pmar2021@gmail.com), se assim solicitado.**

**5.14 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.**

## 6. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

**6.1** A proposta de preços deverá ser enviada em formulário eletrônico específico, mediante a opção "**Acesso identificado**", através do site [http:// www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), observadas as datas e horários ali fixados.

**6.2.** Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste Edital, e que assume como firme e verdadeira sua Proposta e lances.

**6.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 6.2 sujeitará a licitante às sanções previstas em lei.

**6.4.** A proposta e os lances formulados deverão indicar o **Menor Preço** do Lote, expresso em Real (R\$), **com no máximo duas casas decimais.**

**6.5.** O **Menor Preço** ofertado, de que trata o subitem 6.4, deverá ser indicado como **Menor Preço.**

**6.7.** Os valores unitários de cada item pertencente ao lote **não poderão** ultrapassar aqueles constantes no Anexo II do Termo de Referência do Edital, assim como o valor total, **sob pena de desclassificação.**

**6.8** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**6.9.** Os licitantes que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, ao apresentar sua proposta de preços, deverão registrar, expressamente, em campo próprio do sistema eletrônico sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, implicando na aplicação das penalidades cabíveis, a falsa declaração.

**6.10.** Os documentos anexados durante a inserção da proposta no campo "informações adicionais" (folders, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, **sob pena de desclassificação.**

**6.11.** Formalizações de consultas: observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas pelo site [http://](http://www.bll.org.br)





[www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). As consultas serão respondidas diretamente no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), no campo "mensagens", no link correspondente a este edital, bem como através de e-mail, quando não for possível enviá-las através do sistema.

## 7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**7.1** A partir do horário previsto para início da sessão pública do Pregão Eletrônico, as propostas de preços dos participantes serão divulgadas através do sistema, e depois de analisadas pelo (a) pregoeiro (a) e constatada sua perfeita consonância com as condições estabelecidas no edital, serão classificadas para a etapa de lances.

**7.2.** Iniciada a sessão pública do pregão não cabe desistência da proposta.

**7.3.** Ao lançar sua proposta, no sistema eletrônico, o licitante estará obrigado a manter: Proposta de Preços, marca e/ou especificação dos serviços, sob pena de incidir nas penalidades previstas no edital e legislação aplicável.

**7.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o curso de todo o certame licitatório, até mesmo após a fase de disputa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.**

## 8. MODO DE DISPUTA

**8.1 O modo de disputa** para esse certame será **Aberto e Fechado.**

### MODO ABERTO E FECHADO

## 9. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

**9.1.** A pregoeira classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

**9.2.** Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**9.3.** Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

**9.4.** A aceitação da proposta será feita por **Menor Preço dado por LOTE**

**9.5. Serão desclassificadas as propostas que:**

**9.6.** Não atendam às exigências do edital e seus anexos;

**9.7.** Contiverem emendas, borrões ou rasuras;

**9.8.** Apresentem cotação de opção de produto / serviços (proposta alternativa);

**9.9.** Não apresentem cotação para TODOS os itens do LOTE.

**9.10.** Não apresentarem **ESPECIFICAÇÕES** dos SERVIÇOS ofertados;

**9.11.** Apresentem valores unitários e/ou totais maiores que os valores referenciais da Administração;

**9.12.** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**9.13.** A planilha de preços deve ser apresentada, baseando-se no termo de referência, conforme modelo constante no **Anexo II** deste Edital.

## 10. ETAPA DE LANCES

**10.1.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o horário fixado e as regras de aceitação estabelecidas no edital.

**10.2.** Os lances formulados deverão indicar **Menor Preço dado por lote.**

**10.3.** O sistema não aceitará lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico. Entretanto, o licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.



**10.4.** Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

**10.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**10.6. Durante a fase de lances se houver um envio de lance equivocado, isto é, com erro de digitação ou incongruência de valores, para que não ocorram prejuízos à Administração com a queda em cascata dos preços, o (a) pregoeiro (a) poderá cancelar este lance de modo a propiciar ordem à disputa.**

**10.7. Após a exclusão pelo (a) pregoeiro (a) do lance considerado equivocado, o licitante poderá reapresentá-lo, caso entenda que a exclusão foi indevida. Quedando-se inerte o licitante, o (a) pregoeiro (a) entenderá como aceito o cancelamento, o que não impossibilitará o licitante de permanecer na disputa com oferta de novos lances.**

**10.8.** Encerrado o tempo normal de disputa do lote, que será controlado pelo (a) Pregoeiro (a), transcorrerá o período de tempo randômico, que poderá ser de 1 (um) segundo até 10 (dez) minutos, determinado pelo sistema eletrônico.

**10.9.** Após o encerramento do tempo randômico, a disputa do lote será automaticamente finalizada pelo sistema, momento em que este informará o nome do licitante detentor do menor preço e verificará a condição da empresa arrematante, se Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para aplicação das prerrogativas concedidas pela Lei Complementar 123/06. Em caso contrário, o licitante que se enquadre como ME ou EPP e se encontre em situação de empate fícto, isto é, com proposta no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, será convocado para, no prazo de até 5 (cinco) minutos, ofertar lance inferior ao do atual arrematante que não se encontre em uma dessas condições.

**10.10.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

**10.11.** Após a finalização da licitação, os licitantes poderão registrar seus questionamentos para a Pregoeira via Sistema, acessando a sequência: "Consultar Lotes", acessar o lote desejado, e "Incluir Mensagem".

**10.12.** Estes questionamentos serão respondidos pelo (a) Pregoeiro (a), acessando a mesma sequência.

**10.13. HAVENDO APENAS UMA OFERTA, ESTA PODERÁ SER ACEITA DESDE QUE ATENDA TODAS AS CONDIÇÕES DESTA EDITAL E SEU PREÇO SEJA COMPATÍVEL COM O VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO QUE SERÁ DE R\$ 3.437.070,00 (TRÊS MILHÕES, QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL E SETENTA REAIS) VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O CERTAME.**

## **11. DESCONEXÃO DA PREGOEIRA**

**11.1.** Se ocorrer desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**11.2.** No caso de desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

## **12. NEGOCIAÇÃO**

**12.1.** Encerrada a etapa de lances, concedido o benefício às MEs e EPPs, a Pregoeira poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o menor lance, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

**12.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, através do "Histórico do Lote", podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **13. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**13.1.** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à conformidade com as especificações técnicas e quanto à compatibilidade do



preço em relação ao valor estimado para a contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

**13.2.** Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

**13.3.** A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Administração ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

**13.4.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

**13.5.** Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições deste edital e o seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade praticada no mercado.

#### **14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL FÍSICA/DOCUMENTAÇÃO**

**14.1. A proposta final ajustada ao último lance ofertado e a documentação exigida neste edital,** deverão ser apresentadas pela licitante detentora da melhor oferta no prazo máximo de **04 (quatro) horas**, contadas a partir do encerramento da etapa de lances ou quando convocados, podendo essa comprovação se dar mediante o encaminhamento através da plataforma BLL COMPRAS e e- mail [licitacao.pmar2021@gmail.com](mailto:licitacao.pmar2021@gmail.com) para verificação da conformidade dos documentos.

**14.2.** O encaminhamento dos originais ou cópias autenticadas se solicitado deverá ocorrer no prazo de **02 (dois) dias úteis, para o Setor de Licitação da Prefeitura de Amélia Rodrigues - BA, Av. Justiniano Silva, 98 - Centro, Amélia Rodrigues – BA, Cep: 44230-000.**

**14.3.** A ausência injustificada da apresentação da documentação exigida no item 14.1, pelo primeiro Classificado no Certame no prazo determinado, ou a rejeição, por parte da Pregoeira dos documentos apresentados que apresentem falhas substanciais, constituirão razões para seguir com a convocação dos demais classificados tendo em vista a ordem crescente das Propostas de Preços a partir do menor valor proposto e estando de acordo com o requisitado na licitação, conforme edital.

**14.4.** Os elementos que compõem a documentação constante no edital, deverão ser entregues/encaminhados devidamente ordenados e organizados ordenadamente, em 01 (um) invólucro lacrado.

**14.5.** As cópias dos documentos emitidos, através da Internet, **NÃO** necessitarão estar autenticadas, tendo em vista que a validade de tais documentos está condicionada à verificação da autenticidade nos respectivos *sites*: ficando os licitantes advertidos que, no caso de apresentação de documentos falsificados, a Administração levará a situação ao conhecimento do Ministério Público, para que este órgão tome as providências cabíveis.

**14.6. Não serão aceitos preços unitários dos itens bem como totais dos lotes, acima dos valores constantes do Anexo II do Termo de Referência do Edital.**

#### **15. PROPOSTAS COMERCIAL**

**15.1.** A Proposta Comercial, formulada conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital, e os documentos que a instruírem quando for o caso, será apresentada obedecendo aos seguintes requisitos:

**15.2.** Em uma via, impressa preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante (exceto documentos emitidos por terceiros que sejam a ela anexados, quando couber), rubricada em todas as suas páginas e assinada na última, sob carimbo, pelo representante legal, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, redigida em língua portuguesa, salvo expressões técnicas de uso corrente em outra língua.

**15.3.** Preço em moeda nacional com aceitação de dois dígitos após a casa decimal;

**15.4.** Preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;





**15.5.** Conter as seguintes declarações: ***Declaração de Enquadramento como ME EPP (Anexo VII); Dados Para Assinatura do Contrato (Anexo VIII)***

**15.6.** Razão Social, CNPJ, inscrição estadual, endereço, telefone, fax, e dados do representante para a assinatura do contrato, se for o caso;

**15.7.** Preço unitário e total da proposta. O valor total da proposta deverá ser expresso em real e por extenso.

**15.8.** Prazo de execução do objeto do contrato

**15.9.** Descrição dos produtos/ Serviços, **Vide Anexo III**

**15.10.** Os preços são irrevogáveis, incluindo toda e qualquer despesa direta ou indireta referente a execução do objeto;

**15.11.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**15.12. O início da execução dos serviços será imediatamente posterior emissão da Autorização de Fornecimento, emitida pela Secretaria Solicitante.**

**15.13.** Deverá ser apresentada **DECLARAÇÃO** do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de Habilitação constantes do Edital, conforme **Anexo VI (Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação)**, para fins de cumprimento do disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº. 10.520/02.

**15.14.** Nos casos em que as empresas licitantes estiverem enquadradas como **Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Micro Empreendedor Individual – MEI**, deverão apresentar **declaração** conforme o exemplificado no **ANEXO VII - Modelo de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, acompanhada** de documento comprobatório referente ao enquadramento de acordo com a determinação legal.

**15.15.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os respectivos produtos / serviços ser disponibilizados à Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues sem quaisquer ônus adicionais.

**15.16.** A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93.

## **16. DA HABILITAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO**

**16.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

**16.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>);

**16.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**16.4.** Na Documentação, deverão constar os documentos exigidos para Habilitação, apresentados em 1 (uma) via, devidamente ordenados e numerados, com todas as páginas rubricadas e encabeçadas, preferencialmente, por índice, no qual constem as respectivas páginas nas quais se encontram, conforme listagem abaixo:

**16.5.** Quanto à **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**16.6.** Registro comercial no caso de empresa individual;

**16.7.** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidados, em vigor devidamente registrado no Órgão Competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

**16.8.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**16.9.** Decreto de autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País;

**16.10.** Cédula de identidade e CPF dos sócios da empresa



**16.11. Quanto à REGULARIDADE FISCAL:**

**16.12.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**16.13.** Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**16.14.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;

**16.15.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

**16.16.** Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

**16.17.** Com referência à comprovação de Regularidade Fiscal, serão observadas as determinações constantes na Lei Complementar Federal Nº. 123/06.

**16.18.** Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93.

**16.19.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**16.20. Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**16.21.** Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados, com indicação do(s) local(is), data(s) do(s) fornecimento(s) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, através do(s) qual(is), individualmente ou somados, fique comprovada a efetiva prestação do serviço, compatível com a dimensão do objeto licitado. Os Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito privado deverão possuir a(s) assinatura (s) do responsável do órgão expedidor reconhecida(s) em cartório.

**16.22.** Autorização da ANP – Agência Nacional de Petróleo.

**16.23.** A empresa vencedora do certame, para fins de assinatura do Contrato, deverá apresentar o Alvará de localização e funcionamento.

**16.24.** Apresentar prova de regularidade com a Agencia Nacional de Petróleo – ANP, válida para abertura deste certame.

**16.25.** Prova de aptidão para licitar com a União, Estados e Municípios, fornecido pela CGU/CEIS com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura deste certame: <http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> em nome da empresa e seus sócios.

**16.26. Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, devidamente registrados na Junta Comercial de domicílio da licitante, exceto para os casos previstos no Decreto nº 8.683/16, e deverá obrigatoriamente.
- b) No Balanço deverá constar a assinatura do contador.
- c) Sob pena de inabilitação, o patrimônio líquido mínimo da empresa será correspondente a 5%, do valor orçado pela Administração ao objeto licitado, na forma da Lei.
- d) **Será considerada inabilitada, a empresa que, no uso das prerrogativas da Lei 123/06 e suas alterações, ficar comprovado, através do Balanço Patrimonial, que as demonstrações do Resultado do Exercício – DRE, foram superiores aos limites estabelecidos na referida Lei.**



- e) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, válida para a data do certame.
- f) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 90 dias, anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.
- g) Comprovação de capital mínimo registrado e integralizado ou patrimônio líquido mínimo no valor equivalente a 10% do valor estimado da contratação, na forma estabelecida no Termo de Referência, através de Certidão de breve relatório expedida pela Junta Comercial ou instrumento de alteração contratual devidamente registrado no órgão competente.
- h) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1,0 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial

|    |   |           |
|----|---|-----------|
| LG | $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ | = ou >1,0 |
| SG | $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$  | = ou >1,0 |
| LC | $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$   | = ou >1,0 |

**16.27.** Serão considerados aceitos na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima): - publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (Ltda) ou similares:

Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

c) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 (Lei Geral das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte):

Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

#### **16.28. Quanto as DECLARAÇÕES:**

**16.29. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**, em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, se for o caso, o emprego de menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme modelo constante do **Anexo V** deste Edital.

**16.30. Declaração de Superveniência:** elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, de acordo com modelo no **Anexo VII**.

**16.31. Declaração de Inexistência de Servidor Público/Empregado Público** - Declaramos, para os devidos fins legais, na qualidade de proponente da licitação acima mencionada, que não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, conforme modelo no **Anexo IX**

**16.32. Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação**, conforme modelo no **Anexo VI**

Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.



## 17. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

**17.1.** Se o licitante desatender às exigências de Habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta(s) que atenda(m) ao Edital, sendo o(s) respectivo(s) licitante(s) declarado(s) Vencedor(es) e a ele(s) adjudicado o objeto do Certame.

**17.2.** Não será concedido prazo para a apresentação de documentos de Habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria e devidamente acondicionados como especificado no edital; e, a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do licitante, salvo quando configurado o previsto na Lei Complementar nº. 123/06, Lei Federal nº. 11.598/07.

**17.3.** No caso de inabilitadas todas as empresas participantes da fase de habilitação, a Pregoeira poderá convocar todos os licitantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem nova documentação escoimando as causas de sua inabilitação, conforme o disposto no § 3º, do Art. 48, da Lei Federal nº. 8.666/93.

**17.4.** Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e a Pregoeira rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

**17.5.** Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**17.6. Declaração,** sob as penas da Lei, de que inexistem quaisquer fatos impeditivos da sua habilitação, conforme ANEXO **XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.**

**17.7** Os documentos exigidos para habilitação serão entregues no prazo indicado no edital.

**17.8. Quaisquer documentos e certidões que não contiverem data de validade explícita serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias, a contar da data de suas emissões.**

**17.9.** Serão inabilitadas as empresas que não atenderem a este Edital com base na Lei 8.666/93.

**17.10.** Se o licitante desatender às exigências de Habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta(s) que atenda(m) ao Edital, sendo o(s) respectivo(s) licitante(s) declarado(s) Vencedor(es) e a ele(s) adjudicado o objeto do Certame.

**17.11.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente através do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, mediante a opção Acesso Identificado, obedecendo à data e horários estabelecidos no **item IX** do preâmbulo, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

**Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:**

- a)** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b)** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## 18. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**18.1.** A execução dos serviços deverá ser feita no (s) local (is) indicado (s) na (s) Ordem (ns) de Fornecimento

**18.2.** Na hipótese de constatação de anomalia que comprometa a utilização adequada dos produtos objeto deste Edital, bem como se constatado divergência entre os serviços ofertados e os fornecidos, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da Lei Federal nº. 8.666/93

## 19. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

**19.1.** Caberá ao licitante vencedor realizar o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da execução e, especialmente:

**19.1.** Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta licitação;



**19.2.** Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação;

**19.3.** Comunicar à Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

**19.4.** Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, isentando a Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues de qualquer responsabilidade;

**19.5.** Manter-se, durante toda a execução do objeto desta Licitação, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, de acordo com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**19.6.** Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da suspensão da entrega dos produtos licitados, salvo, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da(s) CONTRATADA(S), desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados à Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da ocorrência;

**19.7.** Fornecer os produtos de forma eficiente e adequada;

**19.8.** A CONTRATANTE rejeitará, no todo, mediante Termo de Notificação, o que for fornecido em desacordo com o pactuado, tendo o fornecedor o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para nova entrega dos produtos;

**19.9.** O não cumprimento dos prazos ora previstos poderá acarretar a aplicação das penalidades estipuladas na legislação vigente como consta no Termo de Referência;

**19.10.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei;

**19.11** A contratada deverá fornecer ao condutor do veículo uma via do comprovante da operação para aquisição de combustível, no ato do abastecimento;

## **19. FORMALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

**20.1.** As Secretarias Gerenciadoras serão as responsáveis por formalizar a contratação do fornecedor, por intermédio de instrumento contratual, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

**20.2.** O fornecimento do objeto da presente licitação formalizado mediante Termo de Contrato, a ser assinado pelas partes, cuja minuta encontra-se no **Anexo I**, devendo ser observadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93.

**20.3.** Os quantitativos do Contrato a ser celebrado poderão ser **alterados**, observando-se os limites previstos no § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

**20.4.** O licitante Vencedor terá o prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar do recebimento da convocação da pregoeira, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

**20.5.** Para que ocorra a assinatura do Contrato em conformidade com o determinado na legislação específica, o licitante Vencedor deverá apresentar os documentos, abaixo relacionados devidamente vigentes:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;

b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; e

c) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

**20.6.** A Prefeitura de Amélia Rodrigues, através da **Comissão da Pregoeira e Equipe de apoio**, providenciará por sua conta, a publicação do extrato do Contrato celebrado, não podendo ultrapassar o 5º dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

## **21. DA FISCALIZAÇÃO**

**21.1.** Será responsável pela fiscalização do (s) contratos (s) oriunda (s) da presente licitação, por servidor posteriormente designado pela autoridade competente.

## **22. DO GERENCIAMENTO**





**22.1.** Será responsável pelo gerenciamento do (s) contrato(s) oriundo (s) da presente solicitação, será responsável pela fiscalização do (s) contratos (s) oriunda (s) da presente licitação, por servidor posteriormente designado pela autoridade competente.

### **23. DO REAJUSTAMENTO/REEQUILIBRIO EM SENTIDO GERAL**

**23.1.** As eventuais alterações serão contados à partir da assinatura do contrato, de acordo com a variação dos valores dos combustíveis aplicado pela **ANP – Agência Nacional de Petróleo, ou mudanças de alíquotas de imposto, quando determinado pelo Governo Federal**, podendo ser comprovado através de nota (s) fiscal (is) da (s) compra (s) do (s) produto (s) na (s) distribuidora emitida com máximo 30 dias anterior ou posterior à data de assinatura do contrato e tabela de composição de preço e insumos e tabela de composição de preço e insumos se assim solicitados;

**23.2.** Havendo alteração nos preços, os valores dos descontos permanecerão durante a validade do contrato;

**23.3.** Na ocorrência de fatos imprevisíveis ou se previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, comprometendo o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, ou ainda, na hipótese de caso fortuito, força maior, as partes de comum acordo, restabelecerão o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do disposto na alínea "a" do Art. 85 da lei nº 8.666/93;

**23.4.** Havendo decréscimo do valor contratado de acordo com a variação dos valores dos combustíveis aplicado pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, ou mudanças de alíquotas de imposto, quando determinado pelo Governo Federal, notificando a empresa.

**23.5.** A revisão de preços dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*. Em caso de decréscimo no valor dos itens contratados a Administração Pública realizará a redução dos valores de ofício e cientificar a contratada.

**23.6.** O valor do contrato poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data limite da proposta, tomando-se por base a variação do Índice Geral de Preços - IGPM da Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

### **24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**24.1** Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Certame.

**24.2.** Caberá à Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**24.3.** Acolhida à petição contra o ato convocatório, a Pregoeira designará uma nova data para a realização do Certame.

**24.4.** Qualquer impugnação será aceita quando protocolada no Departamento de Licitações - COPEL ou enviada através de e-mail no mesmo prazo e horário mencionados neste instrumento.

**24.5.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através do telefone: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br)

**24.6.** Os licitantes deverão acompanhar as mensagens referentes a esta licitação (respostas a questionamentos, impugnações, recursos, etc.) através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), sendo exclusivos responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas através do campo "Histórico do Lote".

### **25. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**25.1.** Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão **da Pregoeira**, com o registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e, consequentemente, na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.



**25.2.** A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo descrito no item anterior, importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

**25.3.** A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela Pregoeira.

**25.4.** O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo os relativos aos atos de habilitação, inabilitação e julgamento das propostas.

**25.5.** A decisão da Pregoeira sobre o recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

**25.6.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**25.7.** Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado em documento próprio no sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente

## **26. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**26.1.** A adjudicação do objeto do presente Certame ao(s) licitante(s) que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital do Pregão e seus Anexos for(em) declarado(s) Vencedor(es), será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recursos ou após o julgamento dos mesmos, caso existam.

**26.2.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à proponente vencedora pela Pregoeira.

## **27. DAS PENALIDADES**

**27.1.** Em caso de **atraso injustificado na entrega do objeto**, sujeitar-se-á o licitante vencedor à **multa de mora de 1% ao mês** de juros, sobre o valor da Ordem de Fornecimento, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

**27.2.** A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº.8.666/93.

**27.3.** Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantir a ampla defesa e o contraditório aplicando as seguintes sanções:

**27.4. Advertência** por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

**27.5. Multa de até 10%(dez por cento)** calculada sobre o valor do Contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Ordem de Fornecimento, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

**27.6. Suspensão temporária do direito de licitar** e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando a inexecução contratual sobrevier prejuízos para a Administração;

**27.7. Não fornecimento de Declaração de Idoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**27.8.** Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

**27.9.** A sanção de advertência de que trata o item 24 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

**27.10.** Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados no objeto licitado.

## **28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**28.1.** Para cumprimento do estipulado nesta licitação, o Município utilizará as Notas de Empenho, sendo que todas as condições são as estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
**RODRIGUES**  
TEMPO DE RECONSTRUIR

**28.2.** São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

1. **Anexo I** - Minuta do Contrato;
2. **Anexo II** – Termo de Referência;
3. **Anexo III** – Modelo Proposta de Preços;
4. **Anexo IV** – Orçamento Básico;
5. **Anexo V** – Modelo de Declaração de Atendimento ao Art. 7º da CF;
6. **Anexo VI** – Modelo de Credencial;
7. **Anexo VII** - Declaração de Aceitação das Condições do Edital;
8. **Anexo VIII** – Declaração de Enquadramento como ME EPP;
9. **Anexo IX** – Dados Para Assinatura do Contrato;
10. **Anexo X** - Declaração de que atende o art 9º, inciso III, da Lei 8.666/93;
11. **Anexo XI** – Declaração negativa de inidoneidade;
12. **Anexo XII** - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
13. **Anexo XIII** – Ata de Registro de Preços.

**28.3.** O resultado da presente licitação e quaisquer decisões tomadas pela Pregoeira, serão afixados no quadro de avisos da proponente e/ou divulgado pela internet.

## **29. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**29.1.** A licitante vencedora ficará obrigada a prestar uma garantia de 5% (cinco por cento) calculados sobre o valor máximo previsto no contrato, conforme preceitua o art. 56 da Lei nº 8.666/93.

## **30. PREGOEIRA OFICIAL E EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA DE AMÉLIA RODRIGUES – Designados pelo Decreto nº. 07 de 11 de janeiro de 2021.**

## **31. FORO**

**31.1.** As eventuais medidas judiciais decorrentes deste Edital e seus anexos e da interpretação de seus correspondentes termos e condições, deverão ser propostas no Foro da Comarca de Amélia Rodrigues/BA, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Amélia Rodrigues, 24 de março de 2023.

Duciene Boaventura Guimaraes

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005-2023 Edital da licitação acima mencionada foi devidamente analisado e aprovado com observância às exigências legais constantes nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02

24 de março de 2023



## ANEXO I

### MINUTA DO CONTRATO

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

Contrato que entre si fazem, de um lado, **O MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES – BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CNPJ sob o nº 13.607.213/0001-28**, com sede na Avenida Justiniano Silva, nº 98, Centro, Amélia Rodrigues-Ba, Cep: 44.230-000, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito João Manuel Bahia Menezes, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_ – cidade \_\_\_\_\_, inscrita no **CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_**, através do seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, denominada **CONTRATADA**, observada a **Licitação nº 005-2023, Pregão Eletrônico nº 005-2023**, que se regerá pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº. 013 de 15 de janeiro de 2021, Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 2003, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS TIPOS: GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO, ÓLEO DIESEL (S 10 E S 500), COM ENTREGA PARCELADA, CONFORME AS NECESSIDADES DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS/FUNDOS, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, EQUIPAMENTOS OU UTENSÍLIOS MOTORIZADOS DE PROPRIEDADE OU INTERESSE DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES- BA.

§1º. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§2º. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos § 1º e 3º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

§3º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO



O prazo de execução do objeto será de:

- O prazo de vigência de contrato será de 12 (doze) meses.
  - O prazo de entrega/serviço será parcelado conforme emissão de Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento de acordo com a necessidade e mediante o envio da guia de solicitação com as devidas quantidades, emitida pela Secretaria solicitante.

### CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O Contratante pagará à Contratada o preço de **R\$ XXX,XX (XXXXXXX)**.

#### LOTE

| GASOLINA, ÓLEO E ETANOL |                                 |        |         |       |        |         |
|-------------------------|---------------------------------|--------|---------|-------|--------|---------|
| ITEM                    | DESCRIÇÃO                       | UNID   | QTD     | MARCA | V UNIT | V TOTAL |
| 1                       | GASOLINA COMUM TIPO C           | LITROS | 139.000 |       | R\$    | R\$     |
| 2                       | OLEO DIESEL B S10               | LITROS | 351.000 |       | R\$    | R\$     |
| 3                       | OLEO DIESEL B S 500             | LITROS | 87.000  |       | R\$    | R\$     |
| 4                       | ETANOL HIDRATADO<br>COMBUSTIVEL | LITROS | 40.000  |       | R\$    | R\$     |

1º Nos preços previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

### CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

| Unidade Gestora:  | Projeto/Atividade  | Elemento de despesa: |
|---|--|----------------------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,<br>SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,<br>GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA MUNICIPAL<br>DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,<br>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E<br>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. | ✓ Em se tratando de Registro de Preços, a dotação<br>orçamentária somente será exigida para a formalização do<br>contrato ou outro<br>instrumento hábil. |                      |





## **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) a partir do ateste da Nota Fiscal correspondente(s) ao(s) quantitativo(s) de combustível(is) fornecido(s), juntamente com relatório de execução do serviço, que será devidamente atestada por agente indicado pela Prefeitura devida liquidada por parte da Secretaria solicitante sendo observadas as exigências do Protocolo ICMS Nº. 42/2009, que estabelece a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas neste protocolo;

A NF que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação, observando, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação;

Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sendo necessário para tanto a apresentação das referidas certidões, atualizadas e dentro do prazo de vigência

§1º. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da CONTRATADA.

§2º. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA *pro rata tempore*.

§3º Em conformidade com o inc. II, § 4, do art. 40, da Lei Federal nº 8.666/93, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

## **CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

O Prazo previsto para a execução do objeto desta licitação será o período compreendido entre a data da assinatura e publicação do contrato até 12 meses, respeitando-se o exercício financeiro do ano em curso, conforme o artigo 12, caput, do Decreto Federal nº 7.892/2013 incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

O reequilíbrio econômico – financeiro previsto no Art. 65 onde consta que os contratos regidos pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:



c) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) só poderá ser solicitado no mínimo a cada 02 (dois) meses.

O novo valor reequilibrado será aplicado após as devidas comprovações:

Notas Fiscais de compras da distribuidora, comprovando assim o novo preço na data da emissão da Nota Fiscal com o valor anteriormente praticado. Para o 1º reequilíbrio será usado como base o valor do combustível na N.F emitida pela distribuidora para o Posto, na data da realização do certame.

As novas Notas Fiscais emitidas para Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues- BA, após a decisão do Reequilíbrio, terá que vir acompanhada do Termo de Aditivo informando os novos valores, publicado em Diário Oficial;

Os reajustes serão contados à partir da assinatura do contrato, de acordo com a variação dos valores dos combustíveis aplicado pela **ANP – Agência Nacional de Petróleo, ou mudanças de alíquotas de imposto, quando determinado pelo Governo Federal**, além de comprovar através de nota (s) fiscal (is) da (s) compra (s) do (s) produto (s) na (s) distribuidora emitida com máximo 30 dias anterior ou posterior à data de assinatura do contrato e tabela de composição de preço e insumos e tabela de composição de preço e insumos;

Os preços são irreeajustáveis.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas no ANEXO I do Edital e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto de acordo com as especificações técnicas constantes no edital de licitação e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;
- b) Zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- c) Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- d) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- g) Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;



- h) Adimplir os fornecimentos exigidos pelo Edital e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- i) Promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens; no que couber;
- j) Trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado no que couber;
- k) Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do transporte e montagem dos bens, no que couber;
- l) Assumir todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados, previstos em legislação específica e vigente;
- m) Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
- p) A Registrada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- q) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- s) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- t) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos;
- u) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- v) Fornecer os produtos objeto do presente contrato dentro dos melhores índices de padrão e qualidade, respeitando as normas técnicas e padrões existentes, especialmente as editadas pelo INMETRO e ABNT;
- x) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Conselho Regional de Química – Terceira Região, durante o fornecimento dos produtos.
- aa) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições e em conformidade com as especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- bb) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- cc) A contratada deverá fornecer ao condutor do veículo uma via do comprovante da operação para aquisição de combustível, no ato do abastecimento;
- ee) A Contratada deve aprimorar os relatórios fornecidos, ou disponibilizar outros relatórios pertinentes à execução contratual de acordo com a necessidade da contratante;
- ff) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- gg) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto, inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;



hh) O fornecimento dos combustíveis deverá, impreterivelmente, ser realizado nas respectivas bombas de combustível instaladas no estabelecimento imediatamente.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) Fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) Realizar o pagamento pela execução do contrato;
- c) Fornecer por escrito as informações e esclarecimentos necessários para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- d) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- e) Efetuar o pagamento mensal devido pelo fornecimento, desde que cumpridas às formalidades e exigências do contrato;
- f) Indicar pessoa autorizada pelo gestor do contrato para atuar como administrador geral;
- g) Comunicar/Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, ou que encontrar na prestação dos serviços, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- h) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- i) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- j) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- l) Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de referência;
- m) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da contratada, no que couber;
- n) Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- o) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- p) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação;
- q) Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei 8.666, de 1993;
- r) Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, contratos, aditamentos, relatórios, após a execução dos serviços e fornecimento dos combustíveis, óleos, lubrificantes, hidráulicos, filtros de ar de combustível, fluidos e outros produtos similares em conformidade com o Contrato;
- s) A Administração NÃO RESPONDERÁ por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - FORMA DE EXECUÇÃO**

A forma de fornecimento será: **PARCELADA**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**



Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 73 da Lei Federal 8.666/93, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. supracitado, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:

- a) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) Transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) Dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- e) Promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- f) Esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- g) Cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- h) Fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- i) Ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- j) Solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato;
- l) O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- m) O Gestor do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- n) O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- o) As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas à o Secretário da Pasta, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.
- p) A CONTRATADA deverá exercer fiscalização permanente sobre os serviços por ela executados, objetivando:
- q) Proceder a eventuais substituições de seus funcionários, dando ciência prévia ao Gestor deste Contrato.
- r) Manter elevado padrão de qualidade dos serviços prestados;
- s) Manter permanente contato com a fiscalização do município, para solução de eventuais problemas;
- t) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.





**Parágrafo único:** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos nos arts. 81, 88, 90, 92, 94, 95 e 96 da Lei Federal 8.666/93, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a contratada a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§º1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§º2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§º3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

§º4. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido ao contratado o valor de qualquer multa porventura imposta.

§º5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO**

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 8.666/93;

§º1. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

§º2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I, XIII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666 /93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 79 da Lei Geral de Licitações;

Recusa injustificada de notificação pela contratada;

Comprovação de bomba ou combustível adulterado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
**RODRIGUES**  
TEMPO DE RECONSTRUIR

**Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no edital da licitação e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO**

As partes elegem o Foro da Cidade de Amélia Rodrigues, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que sejam para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Amélia Rodrigues, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
CONTRATANTE

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
CONTRATADA

#### **Testemunhas:**

Nome: -----  
CPF: -----  
RG: -----

Nome: -----  
CPF: -----  
RG: -----



## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

#### 1- OBJETO:

Contratação de Empresa de pessoa jurídica para o fornecimento de COMBUSTÍVEIS tipos: GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO, ÓLEO DIESEL (S 10 e S 500), com entrega parcelada, conforme as necessidades das demandas das Secretarias/Fundos, para o abastecimento da frota de veículos oficiais, equipamentos ou utensílios motorizados de propriedade ou interesse do Município de Amélia Rodrigues- Ba pelo período de 12 (doze) meses.

#### 2 - JUSTIFICATIVA:

A Administração Pública tem como objetivo desenvolver ações que contemplem aos interesses da comunidade. Aspirando qualidade e eficácia, e que acarrete bons resultados para as atividades corriqueiras e primordiais do Município, torna-se assim crucial o fornecimento de combustíveis para atender a frota dos veículos leves/pesados e os equipamentos e também para as novas aquisições adquiridas pelos recursos próprios e com os recursos destinados para a Educação, contribuindo com isso, para uma Educação de qualidade e satisfatória, recursos destinados para Saúde, Desenvolvimento Social entre outros e não esquecendo das doações de veículos que houve para o Município, dando assim seguimento ao serviço que são prestados pelo Município para a comunidade e que são imprescindíveis e essenciais para o bom andamento das atividades Administrativas.

As novas aquisições, doações, locações de veículo e a frota, que é grande de veículos e equipamentos, Municipal, carros de passeio, utilitário ou ônibus, expandirá os serviços que a Administração Pública oferecerá para a cidade aumentando o percurso e consequentemente o consumo do objeto supracitado. Os novos transportes ajudarão servidores nas suas atividades administrativas nas visitas domiciliares para aqueles que necessitam de atendimento emergencial, transportar servidores para as Unidades de Saúde localizadas em distritos do município e em bairros muito distantes, transportar pacientes para tratamento de saúde e também transportar alunos para que não haja desistência em aprender.

A aquisição de combustíveis atenderá às necessidades deste Município nos seus restabelecimentos tempestivos da operacionalidade das atividades em transportar passageiros, alunos, pacientes, apoio médico, dentre outros. Resta, portanto, que o serviço de transporte terrestre é indispensável ao cumprimento das atividades para fins da Administração Municipal.

O fornecimento é necessário com vista a abastecer e atender as Secretarias/Fundos que transportam servidores em deslocamentos para efetuar suas atividades tais como fiscalização, visitas técnicas, entre outros e também para o abastecimento de veículos em trânsito oriundos da Sede para os povoados e para o atendimento dos cidadãos amelienses.



A licitação atenderá também a frota da Polícia cujo Termo de Convênio celebrado entre o Município de Amélia Rodrigues/ BA e o Estado da Bahia, através da Secretaria de Segurança Pública, visando à manutenção dos serviços de segurança pública, de interesse da população, onde prevê o fornecimento de combustível para as viaturas no Município.

Devido ao exposto, e a impossibilidade de se prever eventuais situações é de extrema necessidade manter a frota do município sempre abastecida, e com isso torna-se imprescindível à contratação de empresa para o abastecimento em bomba, abrangendo todos os veículos e máquinas/equipamento, levando em consideração aspectos técnicos, operacionais e administrativos e por razão do fluxo contínuo dos veículos e utilização de máquinas/equipamentos para atendimento das ações administrativas, é de grande eficiência e eficácia manter o atendimento nos padrões adequados de desenvolvimento das atividades institucionais do município.

### **3 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

3.1. O quantitativo de veículos oficiais constantes na frota municipal encontra-se demonstrado em anexo. Outros veículos poderão ser incluídos durante a validade do contrato, desde que atendido o limite do art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

3.2. Na ordem de abastecimento deverá conter as identificações do veículo: marca/modelo, placa, tipo de combustível, quantidade de litros, valor total da ordem, nome do motorista, data, hora e outros dados do interesse da Administração;

3.3. Todos os combustíveis deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

3.4. A CONTRATADA deverá manter controle de abastecimento quanto à regularidade e qualidade dos combustíveis fornecidos.

3.5. Os combustíveis serão recusados no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição e a presença de outras substâncias, em percentuais além dos permitidos em sua composição.

3.6. No caso de identificação da adulteração de combustíveis ou infrações legais ou normativas cometidas pelos estabelecimentos de abastecimento, a empresa será responsável pela denúncia às autoridades competentes, e será responsável também por quaisquer dano causado a frota municipal devido a essas adulterações.

3.7. A CONTRATADA deverá fornecer a identificação do veículo, do posto, informação do volume abastecido, data e hora de abastecimento do(s) veículo(s).

3.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento 07 (sete) dias por semana em horário comercial.

### **4 - DO FORNECIMENTO:**

4.1. O município fornecerá à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e Secretarias, contendo os seguintes dados:

4.1.2. Identificação do veículo (placa marca e Chassi).

4.1.3. Tipo de Combustível.

4.1.4. Capacidade do tanque

4.1.5. Quantidade de litros do combustível.

4.1.6. Valor da operação.

4.1.7. Nome do motorista;

4.1.8. Chefe de transporte;

4.1.9. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento.

4.2. O fornecimento dos combustíveis será imediato;



- 4.3. A Administração estabelecerá o nível de permissão (consulta/administração) do Controle de combustíveis de cada Secretaria/Fundos;
- 4.4. Um responsável designado pela Administração o qual poderá gerenciar e visualizar todas as transações de abastecimento em andamento, encerradas ou canceladas;
- 4.5. O fornecimento dos combustíveis deverá, impreterivelmente, ser realizado nas respectivas bombas instaladas no estabelecimento do proponente.

#### **5- DA MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO:**

- 5.1. A CONTRATADA deverá emitir uma Nota Fiscal para cada Secretaria/Fundos responsável conforme os endereços e CNPJs de cada Unidade, detalhando o valor total dos combustíveis fornecidos no período e discriminando ainda o valor correspondente.
- 5.2. O faturamento e emissão de relatórios deverão ser apurados mensalmente, por órgãos, a partir do 1º (primeiro) dia de cada mês ou quando ocorre a oscilação de preço na tabela ANP.
- 5.3. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia a partir do ateste da Nota Fiscal correspondente(s) ao(s) quantitativo(s) do(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) que será devidamente atestada por agente indicado pela Prefeitura devida liquidada por parte da Secretaria/Fundos solicitante sendo observadas as exigências do Protocolo ICMS Nº. 42/2009, que estabelece a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas neste protocolo;
- 5.4. A NF que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação, observando, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- 5.5. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação;
- 5.6. Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), certidão trabalhista, certidão Estadual e a certidão Municipal sendo necessário para tanto a apresentação das referidas certidões, atualizadas e dentro do prazo de vigência;
- 5.7. Deverá ser apresentada, junto com a Nota Fiscal, a planilha da ANP a qual faz referência ao fechamento da mesma.

#### **6 - PRAZO DE VIGÊNCIA:**

- 6.1. O prazo de vigência do respectivo Contrato Administrativo será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, bem como aditado nos limites previstos em relação a seu quantitativo. O contrato admite ser prorrogado segundo a Lei 8.666/93, Art. 57, inciso II.
- 6.2. O Contrato que vier a ser assinado poderá ser rescindido pela Contratante, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666 / 93 e suas alterações e no Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista qualquer direito de indenização à Contratada.

#### **7 - A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- 7.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- 7.2. Regularidade para com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do licitante relativo ao objeto licitado;
- 7.3. Caso a empresa exerça simultaneamente a atividade comercial e prestação de serviços, apresentarão obrigatoriamente as certidões com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;





7.4. Regularidade para com a Fazenda Federal através de certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal;

7.5. Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

7.6. Regularidade com a Justiça do trabalho, através do CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

#### **8 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

8.1. Certidão Negativa de Concordata ou Falência da sede da licitante, com data de emissão não superior a 30(trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação.

8.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

#### **9 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

Para que a Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues/BA possa analisar e julgar as Qualificações Técnicas, a empresa deverá apresentar os documentos relacionados adiante:

- a) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa prestou ou presta, a contento, o objeto a contratar, devendo constar endereço completo, inclusive eletrônico.
- b) Registro de revendedor varejista na Agência Nacional do Petróleo - ANP, de acordo com a Resolução ANP nº 668, de 15.2.2017, informando a bandeira da Distribuidora, válido.
- c) Apresentar Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros e Licença Ambiental em conformidade com a Resolução ANP nº. 41/2013, regulamentada pela resolução ANP 57, de 17 de outubro 2014.

#### **10 – REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO:**

10.1. O Prazo previsto para a execução do objeto desta licitação será o período compreendido entre a data da assinatura e publicação do contrato até 12 meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **11 – PENALIDADES:**

11.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará o contratado às sanções previstas no Capítulo IV - Seção II - Das Sanções Administrativas, da Lei Federal nº 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

11.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na efetivação do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;
- III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.



11.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso e não exclui o direito de a Administração rescindir unilateralmente o contrato e aplicação as demais sanções previstas na lei.

11.4. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

11.5. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

11.6. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.7. Será advertido verbalmente, pelo pregoeiro, o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

11.8. Para a aplicação das penalidades previstas será levado em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

## **12 – RESCISÃO:**

12.1. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas na Lei nº 8.666/93.

a. O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

b. Nas hipóteses de rescisão, com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, não cabe à contratada direito a qualquer indenização.

12.2. Da rescisão contratual decorrerá o direito de a Contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste TR, no Contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

## **13 - REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO:**

13. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

## **14- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do fornecimento e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.2. O Gestor do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.3 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas à o Secretário da Pasta, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.



14.5. A CONTRATADA deverá exercer fiscalização permanente sobre o fornecimento executado, objetivando:

14.5.1. Proceder a eventuais substituições de seus funcionários, dando ciência prévia ao Gestor deste Contrato.

14.5.2. Manter elevado padrão de qualidade do fornecimento prestados;

14.5.3. Manter permanente contato com a fiscalização do município, para solução de eventuais problemas;

14.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **15 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1 Fornecer por escrito as informações e esclarecimentos necessários para o desenvolvimento da aquisição do objeto do contrato;

15.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.3 Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento, desde que cumpridas às formalidades e exigências do contrato;

15.1.4 Indicar pessoa autorizada pelo gestor do contrato para atuar como administrador geral;

15.1.5 Comunicar/Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.6 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.1.7 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos fornecimentos, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

15.1.8 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.1.9 Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de referência;

15.1.10 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da contratada, no que couber;

15.1.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

15.1.11.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

15.1.11.2 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação;

15.1.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei 8.666, de 1993;

15.1.13. Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, contratos, aditamentos, relatórios, após o fornecimento dos combustíveis em conformidade com o Contrato;

15.2. A Administração NÃO RESPONDERÁ por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## 16 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições e em conforme as especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

16.1.3 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do objeto licitado, com a devida comprovação, bem como, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento;

16.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.5. A contratada deverá fornecer ao servidor, responsável na fiscalização do abastecimento do veículo, uma via do comprovante da operação para aquisição de combustível, no ato do abastecimento;

16.1.6 A Contratada deve aprimorar os relatórios fornecidos, ou disponibilizar outros relatórios pertinentes à execução contratual de acordo com a necessidade da contratante.

16.1.7 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos para serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

16.1.8 A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com o Documento fiscal de cobrança pelos serviços prestados no mês, os seguintes documentos:

- 1) Certidão regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT

16.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

16.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

16.1.11 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

16.1.12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações solicitadas;

16.1.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

16.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto, inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;



16.2. O fornecimento dos combustíveis deverá, impreterivelmente, ser realizado nas respectivas bombas de combustível instaladas no estabelecimento imediatamente.

16.3. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

16.4. Executar às suas expensas e a critério da CONTRATANTE os testes e/ou laudos de adequação do combustível a serem utilizados, submetendo-os à apreciação da Administração, a quem caberá impugnar o seu emprego quando em desacordo com as especificações.

16.5. Responder por todos os ônus referentes ao objeto do contrato, desde os salários do pessoal nele empregado, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o objeto do presente Contrato.

16.6. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir decorrentes do ato de entrega e de

16.7. Assegurar que os produtos fornecidos sejam de primeira qualidade atenda às Normas do Código de Defesa do Consumidor, estejam de acordo com a recomendação do fabricante/distribuidor e dentro dos padrões exigidos pelo Departamento Nacional do Petróleo e Agência Nacional de Petróleo.

#### 16.8. ATRIBUIÇÕES:

16.8.1. A CONTRATADA deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- Constando a identificação do posto (nome e endereço)
- Constando a identificação do veículo (placa)
- Constando o tipo de combustível
- Constando a data e hora da transação
- Constando a quantidade de litros
- Constando o hodômetro/horímetro do veículo/equipamento automotivo no momento do abastecimento
- Constando o valor da operação;

16.8.2. A CONTRATADA deverá garantir que todo combustível registrado pela bomba foi realmente abastecido no veículo indicado, e de que não sejam abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota da Instituição.

16.8.3. A CONTRATADA deverá armazenar relatórios de abastecimento pelo período de vigência do contrato e aditivos, e disponibilizá-los para a CONTRATANTE, quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas.

16.8.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios mensais, com as informações acumuladas a partir da contratação do objeto, contendo:

16.8.4.1. Relação dos veículos por placa, marca, modelo, ano de fabricação, tipo de combustível e Secretarias/Fundos.

16.8.4.2. Histórico das operações realizadas pela frota, contendo:

16.8.4.2.1. Data e hora do dia que abasteceu;

16.8.4.2.2. Identificação do estabelecimento (Razão Social – CNPJ – município); ;

16.8.4.2.3. Identificação do condutor;

16.8.4.2.4. Identificação do veículo (placa);

16.8.4.2.5. Combustível adquirido;

16.8.4.2.6. Quantidade em litros adquiridos;

16.8.4.2.7. Valor total da operação em R\$ (reais);

16.8.4.2.8. Hodômetro/Horímetro do veículo/equipamento automotivo no momento do abastecimento;

16.8.4.3. Volume de gastos realizados por tipos de combustível;





16.8.4.4.Despesas realizadas por Secretarias/ Fundos.

**17- RESUMO DO HISTÓRICO DO QUANTITATIVO, EM LITROS, DE COMBUSTÍVEL CONSUMIDO POR SECRETARIA EM 2022.**

| OBJETO                             | SEC.<br>ADMINISTRAÇÃO | SEC.<br>AGRICULTURA | GABINETE | SEC.<br>OBRAS | SEC.<br>SAÚDE | SEC.<br>EDUCAÇÃO | SEC.<br>AÇÃO<br>SOCIAL | TOTAL<br>GERAL |
|------------------------------------|-----------------------|---------------------|----------|---------------|---------------|------------------|------------------------|----------------|
| Gasolina<br>comum tipo C           | 21291,095             | 3475,807            | 1374,341 | 2315,415      | 36333,954     | 4418,428         | 8190,739               | 77399,779      |
| Óleo diesel<br>B S10               | 7065,161              | 34912,826           | x        | 5067,055      | 20364,396     | 111512,6         | x                      | 178922,038     |
| Óleo diesel B<br>S500              | 1500                  | 3000                | x        | 681,382       | x             | 13708,671        | x                      | 18890,053      |
| Etanol<br>hidratado<br>combustível | 1067,948              | 940,272             | x        | 91,458        | 7077,677      | 578,386          | 725,932                | 10481,673      |

**18- ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS:**

| 18.1. ESTIMATIVA DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA TODAS AS SECRETARIAS/FUNDOS |                              |        |        |
|--|------------------------------|--------|--------|
| ADMINISTRAÇÃO  |                              |        |        |
| ITEM   | DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO      | UNID   | QNT.   |
| 1  | Gasolina comum tipo C        | litros | 30.000 |
| 2  | Óleo Diesel B S10            | litros | 15.000 |
| 3  | Óleo Diesel B S500           | litros | 5.000  |
| 4  | Etanol Hidratado Combustível | litros | 10.000 |
| AGRICULTURA  |                              |        |        |
| 1  | Gasolina comum tipo C        | litros | 5.000  |



|                               |                              |        |         |
|-------------------------------|------------------------------|--------|---------|
| 2                             | Óleo Diesel B S10            | litros | 70.000  |
| 3                             | Etanol Hidratado Combustível | litros | 1.000   |
| 4                             | Óleo Diesel B S500           | litros | 10.000  |
| <b>GABINETE</b>               |                              |        |         |
| 1                             | Gasolina comum tipo C        | litros | 6.000   |
| 4                             | Etanol Hidratado Combustível | litros | 3.000   |
| <b>OBRAS</b>                  |                              |        |         |
| 1                             | Gasolina comum tipo C        | litros | 6.000   |
| 2                             | Óleo Diesel B S10            | litros | 26.000  |
| 3                             | Óleo Diesel B S500           | litros | 22.000  |
| 4                             | Etanol Hidratado Combustível | litros | 6.000   |
| <b>EDUCAÇÃO</b>               |                              |        |         |
| 1                             | Gasolina comum tipo C        | litros | 12.000  |
| 2                             | Óleo Diesel B S10            | litros | 200.000 |
| 3                             | Óleo Diesel B S500           | litros | 50.000  |
| 4                             | Etanol Hidratado Combustível | litros | 5.000   |
| <b>SAÚDE</b>                  |                              |        |         |
| 1                             | Gasolina comum tipo C        | litros | 60.000  |
| 2                             | Óleo Diesel B S10            | litros | 45.000  |
| 3                             | Etanol Hidratado Combustível | litros | 15.000  |
| <b>DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b> |                              |        |         |
| 1                             | Gasolina comum tipo C        | litros | 20.000  |
| 2                             | Etanol Hidratado Combustível | litros | 5.000   |



**18.2. RESUMO DA ESTIMATIVA DE CONSUMO TOTAL DE COMBUSTÍVEL, POR ITENS, DE TODAS AS SECRETARIAS.**

|                              |        |                |
|------------------------------|--------|----------------|
| Gasolina comum tipo C        | litros | <b>139.000</b> |
| Óleo Diesel B S10            | litros | <b>351.000</b> |
| Óleo Diesel B S500           | litros | <b>87.000</b>  |
| Etanol Hidratado Combustível | litros | <b>40.000</b>  |

18.3. Os quantitativos previstos representam uma projeção estimada e exemplificativa para consumo do exercício alcançado, feita com base no consumo verificado no ano anterior e pelo aumento da frota (aquisição e locação), são intercambiáveis entre si, isto é, poderão ser requisitados para mais ou para menos, desde que não ultrapasse a quantidade solicitada.

**19- ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

19.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

19.2. O representante do Contratante anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

19.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

19.4 - GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:

19.4.1. Os Contratos será gerido por cada Fundo /Secretarias;

19.4.2. Dispõe sobre a designação de função:

19.4.2.1. Gestor de contrato do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PORTARIA Nº 69/2022;

19.4.2.1.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR a Servidora MAISA DOS SANTOS REIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para a função de Gestor de Contratos.

19.4.2.2. Gestor de contrato do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PORTARIA Nº 45/2022;

19.4.2.2.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR ao Servidor PAULO VITOR GONÇALVES MARTINS DOS SANTOS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para a função de Gestor de Contratos.

19.4.2.3. Gestor de contrato do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PORTARIA Nº 10 /2022;

19.4.2.3.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR a Servidora LAIZE LOURENE REIS BISPO SILVA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para a função de Gestor de Contratos.

19.4.2.4. Gestor de contrato da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ORDEM PÚBLICA, PORTARIA Nº 323/2022;

19.4.2.4.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR a Servidora TAIMILLA CONCEIÇÃO SILVA RAMOS, lotado na



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ORDEM PÚBLICA , para a função de Gestor de Contratos.

19.4.2.5. Gestor de contrato da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS , PORTARIA Nº 04/2022;

19.4.2.5.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR a Servidor RENÊ PEREIRA LIMA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, para a função de Gestor de Contratos.

19.4.2.6. Gestor de contrato da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, PORTARIA Nº 107/2022;

19.4.2.6.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR a Servidor NEWLTON DOS REIS SILVA NETO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, para a função de gestor de contratos

19.4.2.7. Fiscal de contrato do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PORTARIA Nº 70/2022;

19.4.2.7.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR ao Servidor GILBERTO VILAS BOAS DE CARVALHO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para a função de Fiscal de Contratos.

19.4.2.8. Fiscal de contrato do FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PORTARIA Nº 07/2022;

19.4.2.8.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR Ao Servidor MURILO DE OLIVEIRA MACHADO, Lotada Na Secretaria Municipal de Assistência Social, para a função de Fiscal de Contratos.

19.4.2.9. Fiscal de contrato do FUNDO DE SAÚDE, PORTARIA Nº 11/2022;

19.4.2.9.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR Ao Servidor JENILSON SERRA COSTA, Lotada Na Secretaria Municipal de Saúde, para a função de Fiscal de Contratos.

19.4.2.10. Fiscal de contrato da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ORDEM PÚBLICA, PORTARIA Nº 09/2022;

19.4.2.10.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR Ao Servidora CARLA CAROLAINÉ PRADO OLIVEIRA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ORDEM PÚBLICA , para a função de Fiscal de Contratos.

19.4.2.11. Fiscal de contrato da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, PORTARIA Nº 05 e 06/2022;

19.4.2.11.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR Aos Servidores MESSIAS CLEPIS CASTRO SOUZA e KAIC LUAN DA SILVA ANTUNES, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, para a função de Fiscal de Contratos.

19.4.2.12. Fiscal de contrato da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, PORTARIA Nº 108/2022;

19.4.2.12.1. No uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º: DESIGNAR Ao Servido MATHEUS OLIVEIRA CERQUEIRA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, para a função de Fiscal de Contratos.

19.4.3. Obrigações:

19.4.3.1. O(s) responsável(es) pela fiscalização deverá observar na íntegra os procedimentos descritos nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

19.4.3.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do material objeto desta contratação, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados;

19.4.3.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidade referente ao objeto;

19.4.3.4. O recebimento dos itens se efetivará, mediante termo de recebimento, recibo ou do devido Carimbo de Recebimento no verso da Nota Fiscal/Fatura, conforme o caso, assinados



pelos Gestores e pelos Fiscais dos Contratos, de cada FUNDO e SECRETARIA, após a verificação da qualidade, quantidade, características e especificações do item pelo Fiscal, devidamente identificado, designado pelo Gestor da pasta nos seguintes termos:

- a) Se a empresa deixar de atender dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceito pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas no TR;
- b) Todo e qualquer atendimento/fornecimento fora do estabelecido no TR que a originou o contrato, será imediatamente notificado à empresa vencedora que poderá ser obrigada a reparar o mesmo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tais substituições, refazimentos ou ressarcimentos;
- c) Serão recusados os itens que não atendam as especificações exigidas pelo Município Notificar por escrito a Contratada, a respeito de qualquer irregularidade constatada.

## 20 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

20.1 Rejeitar, determinando sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

20.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 01 (um) dia, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

20.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

20.4. Vedada a emissão de Cartas de Crédito para complementar os quantitativos das Notas Fiscais, cuja mesma deverá ser emitida com as quantidades exatas da entrega;

20.5. Se durante o fornecimento ocorrer problemas de desabastecimento ou situação análoga, a Prefeitura poderá autorizar a substituição do (s) produto (s), por outro (s) a ser (em) proposta (s), quando da apresentação da justificativa por escrito, que comprove a dificuldade temporária do fornecimento do produto, sendo considerado como dificuldade temporária apenas uma entrega.

## 21 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

| PROJETO/ATIVIDADE                                 | ELEMENTO DE DESPESA   | FONTE DE RECURSO | ORÇAMENTO |
|---|---|------------------|-----------|
| GABINETE DO PREFEITO                              | ✓ Em se tratando de Registro de Preços, a dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. |                  |           |
| SECRETARIA MUN. DE ADM. E ORDEM PÚBLICA           |   |                  |           |
| SEC.MUN.AGRIC.ABAS.MEIO AMBIENTE E COMÉRCIO       |   |                  |           |
| SEC.MUN.AGRIC.ABAS.MEIO AMBIENTE E COMÉRCIO       |   |                  |           |
| SEC. MUN. DE OBRAS ,HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS |   |                  |           |
| FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                       |   |                  |           |
| FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                       |   |                  |           |





|                                       |
|---------------------------------------|
| FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO           |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE              |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE              |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE              |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |

## **22 - ALTERAÇÃO:**

22.1 Após o contrato homologado, a alteração de quaisquer das cláusulas ou condições contidas neste TR, poderá ser procedida através de aditivo assinado pelas partes, resguardado o disposto no art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei n.º 8.666/93;

22.2 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, com vistas a atender a superveniência do interesse público.

## **23 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Indicamos que a licitação seja do Tipo Maior Desconto

A escolha se deu em razão da grande oscilação de preços dos combustíveis verificados no mercado, verificou-se a necessidade de adoção de critério de julgamento Menor Preço, que vai trazer maior eficácia e eficiência nas aquisições dos produtos garantido a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre as partes.

É cediço que o maior desconto constitui um critério de julgamento decorrente do tipo de licitação menor preço. Na aplicação desse critério, o menor preço é apurado em razão de desconto oferecido pelos licitantes sobre o parâmetro de preços definido pela Administração no ato convocatório. Assim, quem oferece o maior desconto é considerado o vencedor do certame.

Nesse sentido espera-se lograr êxito na licitação, uma vez que, o risco da oscilação de preço já estará contemplado na proposta dos licitantes, visto que a obtenção da proposta mais vantajosa se dará a partir do maior desconto ofertado.

## **23 – LOCAL DO ABASTECIMENTO:**

23.1. As empresas participantes deverão ter domicílio no perímetro municipal, visando a diminuição dos custos da administração com deslocamento dos veículos até o posto de combustível.



## 24 - DA PREVISÃO DE DISTÂNCIA MÁXIMA ENTRE A SEDE E O POSTO

A fixação da área de localização do estabelecimento comercial, neste caso, é indispensável, evitando prejuízos econômicos, visto que a localização em outro município ou em distância superior a 10 (dez) quilômetros entre ida e retorno encarece o custo final da contratação, ensejando também perda de tempo.

De acordo com Marçal Justen Filho, "o ato convocatório da licitação deve estabelecer condições que assegurem a seleção da proposta mais vantajosa (...), com observância do princípio da isonomia. É essencial que a licitação seja um procedimento orientado por critérios objetivos, sendo ilícita a adoção de cláusulas ou quaisquer práticas que, de modo parcial ou total, restrinjam, afetem ou dificultem ilegitimamente a competição."

Isso não significa, todavia, que a Administração Pública não pode prever exigências necessárias para garantir a melhor contratação possível em face de sua necessidade. O que não se admite é a fixação de cláusulas e condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação por estabelecerem circunstâncias impertinentes ou irrelevantes na especificação do objeto a ser contratado. Portanto, toda e qualquer exigência editalícia deve guardar estrita pertinência com o objeto da contratação, cabendo à Administração Pública, mediante justificativa técnica adequada e suficiente, demonstrar a essencialidade de tais condições, sob pena de restringir indevidamente o caráter competitivo da licitação.

Exemplo disso é a contratação de fornecimento de combustíveis, na qual os veículos da Administração Pública devem se deslocar até o posto para serem abastecidos. Nesse caso, considerando que a localização dos postos de atendimento tem influência direta na obtenção de proposta mais vantajosa, entende-se possível a Administração Pública delimitar uma distância máxima do estabelecimento do fornecedor a ser contratado de sua sede, dado que admitir a participação de licitantes com postos de abastecimento em locais distantes poderá acarretar, ao final, em custo demasiado a contratante, que terá que percorrer quilômetros para abastecer seus veículos, prejudicando, assim, o interesse público almejado com a contratação.

Nesse sentido, bem explica Marçal Justen Filho:

"Há casos em que o particular deverá manter disponível para a Administração um local para a execução da prestação. O exemplo clássico é o fornecimento de combustível. O contrato pode estabelecer que o particular manterá um posto de fornecimento de combustível, ao qual se dirigirão as viaturas da Administração para abastecimento, quando necessário. Nesse caso, a distância geográfica até o posto representa um fator relevante por duas razões, eis que o deslocamento do veículo importa consumo de combustível e de tempo. Logo, quanto mais distante o posto, tanto maior será o combustível e o tempo despendidos. Isso significa que a questão geográfica apresenta relevância sobre o conteúdo da prestação a ser executada, o que exige indispensável consideração."

Ressalte-se, somente, que a delimitação da distância de localização dos postos fornecedores de combustíveis deve ser fixada pela Administração Pública a partir de critérios razoáveis e proporcionais, sempre buscando atender o interesse público com o menor dispêndio de recursos possível.

Conforme bem explicam Jessé Torres Pereira Júnior e Marinês Rastelatto Dotti, "(...), em face das restrições à competição e da busca da proposta mais vantajosa que a adoção da medida pode ensejar, é necessário que o administrador público justifique a decisão pela delimitação de área, apresentando os pressupostos de fato e de direito que a amparam, sobretudo relacionados à economicidade, eficácia e eficiência para a atuação administrativa, (...)."

Assim, comprovada a vantajosidade, bem como a pertinência e relevância de tal exigência, julga-se possível a Administração Pública realizar licitação para a aquisição de combustíveis, delimitando em edital uma distância máxima do estabelecimento do fornecedor a ser contratado de sua(s) sede(s).

Na senda deste entendimento, a Administração optou por delimitar a uma distância de até 10(dez) km da sede da Prefeitura Municipal a localização do estabelecimento onde poderá se dar



o fornecimento de combustível. Fixar-se distância menor, limitaria sobremaneira o universo de participantes e em distância maior, comprometeria a economia e a eficiência da Administração, vez que como sustentado acima o deslocamento do veículo importa consumo de combustível e de tempo

O tempo e o deslocamento entre a cidade de Município de Amélia Rodrigues/Ba e outras circunvizinhas são:

| CIDADE  | FEIRA DE SANTANA/BA | CONCEIÇÃO DO JACUIPE/BA | TERRA NOVA/BA | MADRE DE DEUS | SANTO AMARO/BA |
|---|---------------------|-------------------------|---------------|---------------|----------------|
| <b>A DISTÂNCIA POR RODOVIAS É DE APROXIMADAMENTE:</b> | 28,7 km             | 13,4 km                 | 32,8 km       | 59,4 km       | 34,4 km        |
| <b>O TEMPO DE VIAGEM É DE APROXIMADAMENTE:</b>        | 32 minutos          | 19 minutos              | 29 minutos    | 59 minutos    | 46 minutos     |

No caso verifica-se em Consulta à Agência Nacional de Petróleo - ANP, através do link <https://postos.anp.gov.br/> que no território do Município existem muitas pessoas jurídicas aptas ao exercício da atividade de revenda a varejo de combustíveis automotivos em seu próprio estabelecimento.

Em situação semelhante já decidiu o TCU:

Nas licitações de serviços de manutenção e reparo de veículos, o emprego de critério de distância máxima entre a localização do órgão licitante e a da empresa licitante pode ser utilizado, desde que represente solução que garanta a economicidade almejada e não imponha restrições desnecessárias ao caráter competitivo do certame. Acórdão 520/2015-Segunda Câmara | Relator: VITAL DO RÊGO.

No caso, o estabelecimento da distância de 10 (dez) km, se deu para ampliar o universo de pessoas aptas a fornecer combustível para Administração, sem comprometimento de eficiência e economia para a Prefeitura deste MUNICÍPIO, já que na cidade existem vários postos registrados na ANP. Os veículos são abastecidos com regularidade e de modo a permitir o deslocamento para itinerários pré-estabelecidos, calculando-se a necessidade de ida e volta o que, em regra, impede a ocorrência de "panes secas".

Não será admitida uma distância superior a 10 (dez) km da Sede da Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues/BA, em face do comprometimento da economia e eficiência da Administração. Pois quanto mais distante o posto, tanto maior será o combustível e o tempo despendidos.

Carlos Alberto da Silva Júnior  
**Secretário de Administração e Ordem Pública**

Amélia Rodrigues-BA.



### ANEXO III

#### MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

#### 1 – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS TIPOS: GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO, ÓLEO DIESEL (S 10 E S 500), COM ENTREGA PARCELADA, CONFORME AS NECESSIDADES DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS/FUNDOS, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, EQUIPAMENTOS OU UTENSÍLIOS MOTORIZADOS DE PROPRIEDADE OU INTERESSE DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES- BA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

#### LOTE

| GASOLINA, ÓLEO E ETANOL |                                 |        |         |       |        |         |
|-------------------------|---------------------------------|--------|---------|-------|--------|---------|
| ITEM                    | DESCRIÇÃO                       | UNID   | QTD     | MARCA | V UNIT | V TOTAL |
| 1                       | GASOLINA COMUM TIPO C           | LITROS | 139.000 |       | R\$    | R\$     |
| 2                       | OLEO DIESEL B S10               | LITROS | 351.000 |       | R\$    | R\$     |
| 3                       | OLEO DIESEL B S500              | LITROS | 87.000  |       | R\$    | R\$     |
| 4                       | ETANOL HIDRATADO<br>COMBUSTIVEL | LITROS | 40.000  |       | R\$    | R\$     |

- Banco para crédito: Banco XXXX - Agência: XXXX-X Conta Corrente XXXXX-X
- Declaramos que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.
- Declaramos que o prazo de vigência de contrato será de 12 (doze) meses.
- Declaramos que o prazo de entrega/serviço será parcelado conforme Ata de Registro de Preços de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante.
- Declaramos que nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, frete, transportes para entrega CIF no endereço e prazo solicitado.

Amélia Rodrigues, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
RODRIGUES  
TEMPO DE RECONSTRUIR

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA

**DADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

FUNÇÃO/CARGO:

TELEFONE:

E-MAIL CORPORATIVO

**OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.**





**ANEXO IV**  
**ORÇAMENTO BÁSICO DA ADMINISTRAÇÃO**

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

**1 – OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS TIPOS: GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO, ÓLEO DIESEL (S 10 E S 500), COM ENTREGA PARCELADA, CONFORME AS NECESSIDADES DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS/FUNDOS, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, EQUIPAMENTOS OU UTENSÍLIOS MOTORIZADOS DE PROPRIEDADE OU INTERESSE DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES- BA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

**LOTE**

| <b>GASOLINA, ÓLEO E ETANOL</b>  |                              |             |            |              |               |                  |
|---|------------------------------|-------------|------------|--------------|---------------|------------------|
| <b>ITEM</b>   | <b>DESCRIÇÃO</b>             | <b>UNID</b> | <b>QTD</b> | <b>MARCA</b> | <b>V UNIT</b> | <b>V TOTAL</b>   |
| 1   | GASOLINA COMUM TIPO C        | LITROS      | 139.000    |              | R\$ 5,75      | R\$ 799.250,00   |
| 2   | OLEO DIESEL B S10            | LITROS      | 351.000    |              | R\$ 5,61      | R\$ 1.969.110,00 |
| 3   | OLEO DIESEL B S500           | LITROS      | 87.000     |              | R\$ 5,53      | R\$ 481.110,00   |
| 4   | ETANOL HIDRATADO COMBUSTIVEL | LITROS      | 40.000     |              | R\$ 4,69      | R\$ 187.600,00   |
| VALOR TOTAL R\$ 3.436.475,00 (TRÊS MILHÕES, QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL E SETENTA REAIS) |                              |             |            |              |               | R\$ 3.437.070,00 |

- Banco para credito: Banco XXXX - Agência: XXXX-X Conta Corrente XXXXX-X
- Declaramos que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.
- Declaramos que o prazo de vigência de contrato será de 12 (doze) meses.
- Declaramos que o prazo de entrega/serviço será parcelado conforme Ata de Registro de Preços de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante.
- Declaramos que nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, frete, transportes para entrega CIF no endereço e prazo solicitado.

Amélia Rodrigues, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
**RODRIGUES**  
TEMPO DE RECONSTRUIR

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

**DADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

FUNÇÃO/CARGO:

TELEFONE:

E-MAIL CORPORATIVO

**OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.**



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
**RODRIGUES**  
TEMPO DE RECONSTRUIR

## **ANEXO V**

### **MODELO DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO**

#### **AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO**

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis)anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().  
Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. Local e data

Assinatura e Carimbo



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
**RODRIGUES**  
TEMPO DE RECONSTRUIR

**ANEXO VI**  
**MODELO C R E D E N C I A L**

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

A empresa .....com sede na Rua .....Nº...Bairro....., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº.....credencia o senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua....., nº ..... como meu mandatário, para representar esta empresa, com poderes para praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico nº ----/-----, em especial apresentar documentos, prestar declarações de qualquer teor, impugnar, recorrer, apresentar contra razões de recursos, desistir de prazos de interposição de recursos e do direito aos mesmos, a que tudo será dado como bom, firme e valioso.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
RODRIGUES  
TEMPO DE RECONSTRUIR

## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E DA CONTRATAÇÃO

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

1- Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei 8.666/93 e suas alterações e às cláusulas e condições para a licitação supra, contida neste Edital.

2- Propomos fornecer ao Município de Amélia Rodrigues - Bahia, pelos preços indicados na proposta em anexo, o objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente ato convocatório.

3- O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, e o prazo início da execução é imediato a partir da assinatura do contrato.

Local e data

Assinatura





Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
**RODRIGUES**  
TEMPO DE RECONSTRUIR

## ANEXO VIII

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME E EPP

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

(Nome empresarial da licitante), por meio do seu responsável legal e Contador ou Técnico Contábil, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art 3º, § 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
RODRIGUES  
TEMPO DE RECONSTRUIR

## ANEXO IX

### DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

| DADOS DA LICITAÇÃO               |                          |        |
|----------------------------------|--------------------------|--------|
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº<br>005-2023 | PROCESSO Nº 690/<br>2023 | OBJETO |

| DADOS DA EMPRESA |             |                     |
|------------------|-------------|---------------------|
| RAZÃO SOCIAL:    |             |                     |
| CNPJ:            |             | INSCRIÇÃO ESTADUAL: |
| ENDEREÇO:        |             |                     |
| TELEFONE:        | FAX:        | EMAIL:              |
| BANCO (NOME/Nº): | AGÊNCIA Nº: | CONTA CORRENTE Nº:  |

| DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO |                  |      |
|--|------------------|------|
| NOME:  |                  |      |
| RG:  | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | CPF: |

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. Local e data

Assinatura e Carimbo



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
RODRIGUES  
TEMPO DE RECONSTRUIR

## ANEXO X

### DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO O ART 9º, INCISO III, DA LEI 8.666/93

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Amélia Rodrigues na Modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2023, do tipo Maior Percentual de Desconto por **LOTE** que objetiva a -----, com data da reunião inicial marcada para o dia de \_\_\_\_\_ de 2023, às :\_ horas na sala Da Comissão Permanente de Licitações - COPEL, que não possuímos servidor público municipal em nosso quadro técnico, conforme determina o art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. Local e data

Assinatura e Carimbo



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
**RODRIGUES**  
TEMPO DE RECONSTRUIR

## ANEXO XI

### MODELO DECLARAÇÃO

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Amélia Rodrigues na Modalidade Pregão Eletrônico, Edital nº-----/2023, que objetiva a \_\_\_\_\_, com data da reunião inicial marcada para o dia \_\_\_\_de de 2023, às: \_\_\_\_\_ horas na sala da Comissão Permanente de Licitação - COPEL, que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. Local e data

Assinatura e Carimbo



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL



PREFEITURA DE  
**AMÉLIA**  
**RODRIGUES**  
TEMPO DE RECONSTRUIR

## ANEXO XII

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

|   |                    |
|---|--------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-2023 |
|---|--------------------|

....., (empresa), inscrita no CNPJ nº, declara para os fins de direito, que não possui qualquer fato superveniente impeditivo de se habilitar, licitar ou cadastrar, na forma do inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, comprometendo-me ainda a manter atualizado a Certidão Negativa de Débito perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, inclusive INSS e FGTS, e Certidão Trabalhista.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local e data

Assinatura e Carimbo



## ANEXO XI

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO

|   |                   |
|---|-------------------|
| Modalidade de Licitação<br><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> | Número<br>005-203 |
|---|-------------------|

#### PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA,

#### PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Nº 005-2023

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005-2023

**MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 13.607.213/0001-28**, com sede na Av. Justiniano Silva, nº 98, Centro, Amélia Rodrigues - BA, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito João Manuel Bahia Menezes, conforme Art. 3º, inciso IX da Lei 1.421/91 doravante denominada **CONTRATANTE**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº 013, de janeiro de 2021, Decreto Municipal nº 011, de 15 de janeiro de 2021, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 005-2023**, consoante consta do Processo **Licitatório nº 005-2023**, **RESOLVE registrar** preços da empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXX**, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, através do seu representante legal, o Sr<sup>(a)</sup>, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, visando a possível **contratação de empresa através de Registro de Preço** para fornecimento de combustíveis tipo: gasolina comum, etanol hidratado, óleo diesel (s 10 e s 500) com entrega parcelada, conforme necessidade da administração municipal, para atender a frota de veículos oficiais, equipamentos ou utensílios motorizados de propriedade ou interesse do Município de Amélia Rodrigues – BA, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos, no Termo de Referência e na Proposta de Preços, independentemente de transcrição, constituindo-se esta Ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da legislação que rege a matéria.





## CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS TIPOS: GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO, ÓLEO DIESEL (S 10 E S 500), COM ENTREGA PARCELADA, CONFORME AS NECESSIDADES DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS/FUNDOS, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, EQUIPAMENTOS OU UTENSÍLIOS MOTORIZADOS DE PROPRIEDADE OU INTERESSE DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES- BA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

## CLÁUSULA SEGUNDA — DOS PREÇOS

Os preços registrados terão validade de 12 meses e estão relacionados, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas:

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UND  | QTD  | MARCA | VLR. UNITÁRIO      | VLR. TOTAL  |
|------|------------|------|------|-------|--------------------|-------------|
| XX   | XXXXXXXXXX | XXXX | XXXX | XXXX  | XXXX               | XXXX        |
|      |            |      |      |       | <b>Valor Total</b> | <b>XXXX</b> |

Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas nos arts. 12, do Decreto Municipal nº 011, de janeiro de 2021.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

- convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## CLÁUSULA TERCEIRA — DA VIGÊNCIA

Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, após assinatura do contrato e emissão de ordem de fornecimento.

## CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIADOR E PARTICIPANTES



Os órgãos gerenciadores serão pelas **SECRETARIAS:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Constitui-se participantes os seguintes órgãos: **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

a) **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.**

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal de Amélia Rodrigues, que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 011, de janeiro de 2021.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razões de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**



A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante Instrumento Contratual, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 011, de janeiro de 2021.

O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho/assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto Municipal nº 011, de janeiro de 2021, da Lei Complementar nº 123/06 e a da Lei Federal nº 8.666/93, subsidiariamente.

O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Amélia Rodrigues-Ba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Amélia Rodrigues, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

### **MUNICIPIO DE AMÉLIA RODRIGUES**

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS